



COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO
Conselho Fiscal

RUA BARÃO DE ITAPETININGA, 18 - Bairro República - São Paulo/SP - CEP
01042-000

Telefone: 3396-8193

ATA Nº 623. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET. Em 19 de dezembro de 2025, às 17h00 (dezesete horas), na Rua Barão de Itapetininga, nº 18, 13º andar, Centro, São Paulo/SP, reuniu-se o **CONSELHO FISCAL** da **COMPANHIA DE ENGENHARIA DE TRÁFEGO - CET**, por meio de videoconferência pelo Microsoft Teams e de forma híbrida, com a participação de seus membros titulares **SAMUEL RALIZE DE GODOY (Presidente)**, **FERNANDA BARBOSA GARCIA**, **FERNANDA DE LUCA SILVA**, **THEODORA KOPOULOS**, **HENRY YOSHINOBU YOKOYAMA** e **MARILIA ALVES BARBOUR** e contando também com a presença de IVSON TEIXEIRA DA ROCHA - Gerente de Governança Corporativa, JULIO CESAR ANGELO MARTINELLI - Supervisor do Departamento de Conformidade e Integridade Institucional, que secretariou a reunião, além da SABRINA RIBEIRO CARVALHO - Superintendente de Assuntos Jurídicos, MAURÍCIO OZELLO DE CARVALHO - Gerente Financeiro, JULIO FERNANDO CONDURSI PARANHOS DA SILVA - Gerente de Orçamento e Contabilidade, MARINA PEREIRA RISSARDO - Supervisora do Departamento de Gestão de Riscos, Controles Internos e Governança, PAULO ROBERTO ABREU LIMA - Supervisor do Departamento de Gestão de Multas de Trânsito, FLAITON DE CASTRO GARZONI - Supervisor do Departamento de Auditoria de Imagens, TEIDY HIRASAKA - Gestor de Trânsito da Diretoria Adjunta de Planejamento e Projetos, LUCIANA CRISTINA SCIAN DELBEM - Gestora de Trânsito da Diretoria Adjunta de Planejamento e Projetos e DENISE CRISTINA GONÇALVES LIMA - Assistente de Administração do Departamento de Conformidade e Integridade Institucional. Após as apresentações, iniciaram-se os trabalhos tratando dos seguintes assuntos pautados no **PLANO DE TRABALHO: 1. ASSUNTOS GERAIS**. 1.1. Apresentação e aprovação do Plano Tático CDI 2026 - Revisão novembro/2025. Os Gestores da Diretoria Adjunta de Planejamento e Projetos apresentaram a proposta de revisão do Plano Tático do CDI 2026, nos termos do **Anexo I 148905297**, esclarecendo que os indicadores de medição permanecem inalterados, bem como detalhando as alterações promovidas nos investimentos, indicadores e produtos. Após os esclarecimentos prestados pela área técnica e o saneamento das dúvidas suscitadas, o Conselho Fiscal tomou ciência do conteúdo, registrando que a matéria já havia sido apreciada e aprovada pelo Conselho de Administração. Os conselheiros consignaram, ainda, a importância do acompanhamento, nos exercícios subsequentes, dos impactos no custeio decorrentes do modelo de locação adotado, tendo solicitado que a área responsável pela frota apresente, na próxima reunião, o contrato e o valor proposto para a locação de veículos da CET. **2. PLANO DE TRABALHO DEZEMBRO DE 2025. 2.1.** Analisar o planejamento financeiro (fluxo de caixa realizado e projetado) e a situação geral das contas; O Gerente de Orçamento e Contabilidade apresentou o tema nos termos do **Anexo II 148905476**, relatando os valores consolidados referentes ao mês de

outubro de 2025. Informou que os ativos da Companhia totalizaram R\$ [REDACTED], enquanto o passivo alcançou [REDACTED], resultando em patrimônio líquido negativo no montante de [REDACTED]

[REDACTED] Esclareceu que a ampliação desse resultado negativo ao longo de 2025 decorre, principalmente, do aumento das despesas operacionais, com destaque para as provisões relacionadas às contingências judiciais. No que se refere ao Demonstrativo do Resultado do Exercício (DRE), acumulado de janeiro a outubro de 2025, foi informado que a Companhia registrou receita bruta de [REDACTED]

[REDACTED], majoritariamente oriunda do contrato de prestação de serviços firmado com a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Transporte – SMT. Os custos totalizaram [REDACTED], e as despesas operacionais somaram [REDACTED]

[REDACTED] sendo que as despesas com contingências judiciais atingiram o montante de R\$ [REDACTED]. Foi destacado que a Companhia possui dois contratos principais: o contrato de gestão de serviços operacionais (“contratação”) e o contrato de sinalização. Para a adequada execução desses instrumentos, apontou-se a necessidade de suplementação orçamentária da ordem de [REDACTED] para o contrato e de R\$ [REDACTED] para o contrato de sinalização, totalizando aproximadamente [REDACTED].

Informou-se, ainda, a previsão de recebimento de recursos no valor de R\$ [REDACTED], por intermédio da Secretaria de Planejamento. No tocante ao planejamento financeiro, O Gerente Financeiro apresentou a situação do fluxo de caixa realizado e projetado, nos termos do **Anexo III 148905717**, esclarecendo-se que, ao longo do exercício, foram realizadas diversas solicitações de cotas financeiras e suplementações orçamentárias junto aos órgãos competentes, com autorização de antecipações pela Junta Orçamentário-Financeira – JOF, inclusive com recebimento adicional de recursos. Ressaltou-se que as despesas tendem a se intensificar no mês de dezembro, em especial em razão do pagamento do 13º salário, e que parte relevante do resultado negativo decorre das provisões para contingências judiciais. Por fim, a Administração informou que permanecem em curso tratativas junto à SMT, à Secretaria da Fazenda e à JOF para a recomposição parcial dos recursos necessários ao cumprimento das obrigações contratuais e financeiras da Companhia, permanecendo o tema sob acompanhamento pelo Conselho Fiscal. Posto isto, foram esclarecidas as dúvidas apresentadas. **2.2.** Receber os balancetes e demais demonstrações financeiras, assim como as cópias das atas das reuniões dos administradores, conforme dispõe o art. 163, §1º da Lei nº 6.404/76; Os Conselheiros atestaram o recebimento dos documentos mencionados, conforme disposto em lei. Posto isto, o Supervisor do Departamento de Conformidade e Integridade Institucional informou aos Conselheiros que a ata da última reunião do Conselho de Administração encontra-se em processo de assinatura e, após a conclusão, será disponibilizada aos conselheiros. **2.3.** Verificar a regularidade das certidões para funcionamento da empresa; O Gerente Financeiro informou aos Conselheiros, que as certidões da Companhia estão em conformidade. Ressaltou que em relação ao Tributo Imobiliário, devido a processo judicial movido pela Procuradoria Geral do Município contra a CET, o referido tributo consta atualmente inscrito em dívida ativa, em razão de discussão

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

[REDACTED]

judicial em curso. **2.4. Análise dos Prejuízos:** acompanhar a evolução das despesas fixas e suas justificativas; verificar, na ocorrência de prejuízos acumulados, a possibilidade de redução do capital social; examinar a possibilidade de capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital; que a maior parte das despesas está vinculada às contingências judiciais. O Conselho Fiscal analisou a evolução dos prejuízos acumulados, com foco no acompanhamento das despesas fixas e de suas justificativas, esclarecendo-se que tais prejuízos decorrem, em sua maior parte, das provisões para contingências judiciais, ainda sujeitas a reavaliação. Ressaltou-se que a área jurídica vem recorrendo das ações movidas contra a Companhia, o que pode resultar na reversão parcial dessas despesas e na consequente redução do prejuízo acumulado. Informou-se, ainda, que o capital social da Companhia é inferior ao montante do prejuízo acumulado, não sendo possível utilizá-lo para compensar essa diferença, permanecendo em análise a possibilidade de redução do capital social e a eventual capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital, quando cabível. Destacou-se a existência de decisões judiciais favoráveis à Companhia, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal – STF e pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, que possibilitam a adoção de tratamento contábil diferenciado, inclusive mediante o regime de precatórios. Por fim, foi informado que seguem em estudo alternativas jurídicas e contábeis para mitigação desses impactos, permanecendo o tema sob acompanhamento do Conselho Fiscal. **2.5. Pendência Reunião nº 0621: SID** - Apresentar a quantidade de equipamentos eletrônicos em operação e os seus respectivos valores arrecadados. Supervisor do Departamento de Gestão de Multas de Trânsito, apresentou o tema nos termos do **Anexo IV 148906137**, e esclareceu as dúvidas apresentadas. Logo após, o Supervisor do Departamento de Auditoria de Imagens, apresentou o tema nos termos do **Anexo V 148906450**, informou que, do total de 877 (oitocentos e setenta e sete) locais de fiscalização eletrônica, apenas 54 (cinquenta e quatro) estão com reajustes técnicos e 68 (sessenta e oito) estão destinados à fiscalização da faixa azul. Posto isto, esclareceu as dúvidas apresentadas. **2.6. Pendência Reunião nº 0622: SAJ** - Apresentar o andamento dos processos trabalhistas, detalhando a quantidade de gestores de trânsito, discriminados entre engenheiros, arquitetos e tecnólogos, e indicando quantos deles possuem processos trabalhistas em curso. A Superintendente de Assuntos Jurídicos apresentou o tema nos termos do **Anexo VI 148907202**, informando que foram identificadas inconsistências de natureza técnica nos cálculos relacionados às garantias de juízo, as quais já se encontram em processo de revisão e ajuste. Esclareceu-se que as medidas cabíveis foram adotadas no âmbito judicial, com a interposição dos recursos pertinentes, permanecendo o acompanhamento do tema sob responsabilidade da área jurídica. Posto isto, foram esclarecidas as dúvidas apresentadas. **3. COMUNICADOS.** Não houve. **4. OUTROS ASSUNTOS.** Ajustar o calendário anual de reuniões do colegiado. Os conselheiros deliberaram, por consenso, que as reuniões ordinárias do Conselho Fiscal, no exercício de 2026, serão realizadas às quintas-feiras, às 16h00 (dezesesseis horas). Nada mais havendo a tratar, foi declarada encerrada a reunião às 18h00 (dezoito horas), da qual se lavrou a presente ata que, lida e aprovada, por todos assinada. São Paulo, 19 de dezembro de 2025.



Samuel Ralize de Godoy
Presidente de Conselho
Em 06/01/2026, às 10:56.



Henry Yoshinobu Yokoyama
Conselheiro(a) Fiscal
Em 06/01/2026, às 11:01.



Marilia Alves Barbour
Conselheiro(a) Fiscal
Em 06/01/2026, às 15:53.



Fernanda de Luca Silva Theodora Kopoulos
Conselheiro(a) Fiscal
Em 06/01/2026, às 16:51.



Fernanda Barbosa Garcia
Conselheiro(a) Fiscal
Em 09/01/2026, às 13:03.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **148907328** e o código
CRC **5E49AE4E**.

Referência: Processo nº 7410.2025/0002097-0

SEI nº 148907328